reguladas pelas condições gerais de venda em alta tensão e respectivas apólices-tipo, a publicar pelo Governo.

Os contratos com os actuais consumidores, quando se renovem, terão de adaptar-se às condições estabelecidas nas presentes bases, devendo modificar-se os preços de venda nêles fixados, antes mesmo do seu termo, sempre que o custo da energia tenha sido reduzido por efeito desta lei, nomeadamente quando a redução resultar da substituição de energia térmica por energia hidráulica.

BASE XXVIII

O Governo fixará as fórmulas tarifárias a aplicar por cada federação, município não federado ou seus concessionários, dentro de critérios variáveis segundo a aplicação da energia. As tarifas máximas serão expressas em moeda corrente e sujeitas a revisão, nos termos da base xxvi.

BASE XXIX

As relações das federações de municípios, municípios não federados ou seus concessionários com os consumidores serão reguladas pelas condições gerais de venda da energia na pequena distribuição e respectivas apólices-tipo, a publicar pelo Governo.

PARTE V

Das instalações particulares — Disposições gerais

BASE XXX

As instalações de produção de energia para uso particular não poderão ser autorizadas nos locais onde haja energia de distribuidores públicos com tarifas mais favoráveis nos termos das bases anteriores, salvo casos especiais definidos em regulamento.

BASE XXXI

Os fornecimentos de energia, feitos por instalações particulares a rédes públicas, cessarão nas regiões onde se estabeleça um distribuidor de serviço público capaz de os fazer com tarifas fixadas de harmonia com o disposto nas bases anteriores, à medida que forem caducando os respectivos contratos.

BASE XXXII

Compete ao Governo, ouvidas as emprêsas, promover a adopção de medidas tendentes a evitar descontinuidades de trabalho e desemprego, sempre que hajam de aplicar-se disposições da presente lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:327.

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de

ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 2.000.000\$, que reforçará a dotação do capítulo 16.º, artigo 174.º, n.º 1) «Para conclusão das obras do Estádio de Lisboa, incluindo todos os encargos do pessoal, material e de expropriação dos terrenos», do orçamento do segundo dos referidos Ministérios actualmente em vigor.

Art. 2.º Nos referidos orçamento e capítulo é reduzida igual importância na verba da alínea b) do n.º 1) do artigo 166.º

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Decreto n.º 34:328

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 45.775\$, que reforçará a dotação do n.º 1) do artigo 4.º do capítulo 1.º do orçamento do segundo dos referidos Ministérios em vigor para o corrente ano económico.

Art. 2.º No referido orçamento é reduzida de igual importância a verba do artigo 161.º do capítulo 14.º, fazendo-se correspondentemente idêntica redução na dotação do n.º 3) do artigo 4.º do orçamento privativo da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.